

# A INDÚSTRIA OLEIRA DA VILA DE PIRATININGA E A INCANSÁVEL BUSCA DOCUMENTAL NOS ARQUIVOS

**Edileine Carvalho Vieira**

Professora Mestra, da Escola Paulistinha de Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), SP, Brasil. E-mail: [narhaiavadi@gmail.com](mailto:narhaiavadi@gmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4964605939490440>

Em 2013 ingressei no programa de pós-graduação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP, com uma difícil tarefa: encontrar documentos que atestassem a existência de olarias produtivas na Vila de Piratininga. E apesar de meu enorme interesse sobre o ofício das Artes e sua organização, eu tinha apenas uma vaga ideia de sua existência e minhas pesquisas anteriores sobre as Corporações de Ofícios, também conhecidas como Guildas. Mas havia uma referência sobre a Fazenda do Tijucusú mantida pela Ordem dos Beneditinos onde, supostamente, teria existido uma olaria no período colonial paulista.

Com esses limites, comecei meus trabalhos em busca da existência desta indústria oleira. Primeiro dentro do Mosteiro de São Bento, e depois no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

## As Olarias Piratininganas existiram?

Os documentos verificados durante a pesquisa se dividiram basicamente em duas categorias: manuscritos originais que foram transcritos a partir das regras da Codicologia<sup>1</sup> e da Diplomática tradicional<sup>2</sup>, e os impressos, sendo que neste caso, ou os originais se perderam, ou estavam inacessíveis. Entre alguns dos vários documentos impressos tive acesso às Atas da Câmara da Vila de São Paulo<sup>3</sup> no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, o Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento<sup>4</sup> na biblioteca do Mosteiro de São Bento e os Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo<sup>5</sup> no Arquivo Público do Estado de São Paulo, além de extensa bibliografia sobre o tema.

Foi nas Atas da Câmara de São Paulo que encontrei o primeiro vestígio sobre a suposta instalação de uma olaria na Vila de Piratininga (São Paulo) datado de 06 de março de 1575, quando surgem dois nomes: Cristovão Diniz e Cristóvão Gonçalves. Em um dos trechos do documento foi citada a necessidade de um forno que deveria ser construído em terras que foram doadas a Cristóvão Diniz para a produção de telhas e de como, posteriormente, esta tarefa foi abandonada devido à partida deste oficial para o mar:

a tera olha q' foi dada a cristovão diniz p<sup>a</sup> nella fazer o forno e casa e de como asim se obrigou o asinou aqui cõ os ditos oficiaes q' lhe mandarão q' fizese petição p<sup>a</sup> lhe ser dada a dita tera (...) p<sup>r</sup> coanto o dito cristovão diniz se fora p<sup>a</sup> o mar e não a querer fazer a dita telha de q' ha dito povo ser necessidade p<sup>r</sup> lhe ser dada cõ esa condição<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Disciplina que trata dos códices em sua totalidade e me auxiliou a classificá-los quanto às suas categorias (manuscritos, régios e judiciais).

<sup>2</sup> Técnica de transcrição onde as abreviações, falhas no texto e ortografia são mantidas na íntegra durante a cópia do documento original.

<sup>3</sup> De acordo com Manuel Alves de Souza, no prefácio da primeira edição das Actas, vários documentos desapareceram por conta da desorganização desta repartição, “permanecendo os cadernos das actas, de que se iam desprendendo pouco a pouco as folhas, amontoados ao fundo de uma sala. Tendo a Camara, há muitos annos, deliberado reorganizar a repartição, nomeou um archivista que, pacientemente colleccionou os manuscriptos e os mandou encadernar. Não poude esse funcionario evitar que uma ou outra folha ficasse intercalada em volume a que não pertencia, facto que se nota frequentemente nos dez ou doze primeiros volumes”. Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. I. São Paulo: Duprat & Cia., 1914.

<sup>4</sup> “Ordenamos que todas as escrituras antigas e aquellas cujas letras estão desaparecendo e com dificuldade se podem ler, ... sejam reconstituídas fielmente para em nada se percam. Constitutiones, 1629, lib. 2, const. 3. p.171”. JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.). Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo; p. IX.

<sup>5</sup> Os documentos originais ainda existem, mas em sua maioria estão em péssimo estado de conservação, dificultando o manuseio e consequentemente a leitura.

<sup>6</sup> Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596), Vol. I. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat

Em outro trecho do mesmo documento foi citada a presença de Cristóvão Gonçalves e seu interesse em produzir as ditas telhas, solicitando à Câmara que recebesse as terras que foram abandonadas pelo oficial anterior, ficando assim com o forno, caso ele já tivesse sido construído:

hapareseo cristovão glz ora morador nesta vila è prezenca de todos dise q' elle se queria vir morar nesta villa e se queria obrigar a fazer telha prª ce cobrirem as moradas desta villa pª ser cousa prª inobrecimento della e ser muito necesario cõtanto q' se obrigasè a lhe tomar toda a q' elle fizer e pª os ditos officiaes verem e a dita telha hera necessaria pª rezam desta villa estar coberta de palha e corer risco pª rezam do foguo se cõsertaram cõ o dito cristovão glz da maneira seguinte q' elle fara toda a telha q' for necessaria prª a villa se cobrir (...) mandarão q' fizese petição pª lhe ser dada a dita tera e eu frutuoso da costa escrivão da camara q' o escrevi e diguo q' elles señrs officiaes diserão q' lhe davão a dita tera q' tinham dado a cristovão Diniz<sup>7</sup>

Aparentemente nenhum dos dois sequer construiu o forno, mas a produção oleira foi regulamentada pelos vereadores da Câmara, tendo em vista serem eles responsáveis pelos oficiais mecânicos da Vila. Um documento<sup>8</sup> atestou que os oleiros, entre outros “oficiaes mecaniquos”, passaram a ter sua própria organização e o seu juiz-de-ofício, assim como as Guildas – Fernando Álvares foi nomeado juiz dos telheiros.

Eram bons indícios, mas ainda faltava encontrar documentos sobre as olarias beneditinas.

## Busca pela Fazenda do Tijucusú nos Arquivos do Mosteiro de São Bento

Se a Fazenda pertenceu aos Beneditinos, nada mais obvio do que começar pelos Arquivos do Mosteiro. Mas havia outro problema, eu só consegui acessar o Livro do Tombo<sup>9</sup>, pois os documentos originais estão guardados no claustro e sendo assim, eu como mulher, não tive acesso. O jeito foi me debruçar sobre os registros do Mosteiro de São Bento contidos no Livro.

Em 24 de Fevereiro de 1598<sup>10</sup> o nome da fazenda beneditina apareceu pela primeira vez grafada como utilizei no título<sup>11</sup> da minha pesquisa, – “Treslado de huã Escritura, que se acha no nosso arquivo de hum capam de terras, que está no Tijucusú com matos virgens, e capoeiras”; já na ata da Câmara de 7 de dezembro de 1589<sup>12</sup>, temos outra grafia, “q̃ se fizese a ponte grãde q̃ esta caminho de tejuguasu”. Verifiquei ainda que o nome “Tijucusú” apresentou variações de grafia no próprio Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo: Tijucusú; Tigucuçu; Tigusú; Tojucusú e finalmente Sam Caetano; inclusive em outros documentos consultados.

Em 06 de outubro de 1631, o Capitão Duarte Machado doou um dos terrenos do Tijucusú à Ordem, como informou outro documento registrado por Johnson (1977: 91)<sup>13</sup>:

“Treslado da escritura de doaçam de dous citios, e terras anexas ao Tijucusú.

Saibam quantos este publico instrumento de escritura de doaçam de terras e citio de Tijucusú de hoje para todo sempre virem como no anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil e seis centos e trinta e hum annos em os

& Cia., 1914; p.67, 68.

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

<sup>9</sup> JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*

<sup>10</sup> Idem, p.85.

<sup>11</sup> VIEIRA, Edileine Carvalho. *O barro cinzento paulista: Produção em barro cozido nas olarias do Tijucusú e de Pinheiros; Ordem de São Bento em São Paulo entre o século XVI e XVII*. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, São Paulo, 2016. “O barro cinzento paulista” vem de uma citação de Silva Nigra (1971: 63) sobre a boa qualidade do barro utilizado pelos monges na região do Tijucusú.

<sup>12</sup> *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.374.

<sup>13</sup> JOHNSON, Dom Martinho. (O. S. B.). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*; 1977.

dezanove dias do mez de Setembro do dito anno nesta vila de Santa Anna das Cruzes de Mogy da Capitania de Sam Vicente da Costa do Brazil &ª. Nesta dita vila nas pouzadas do Capitam Duarte Machado aqui morador donde eu Gaspar dos Reis escrivam da camara desta vila fui chamado a escrever no publico por nam haver Tabaliam nesta vila estando ahi o dito Capitam Duarte Machado e bem sua mulher Joana Sobrinha, e por eles ambos me foi dito a mim sobredito escrivam perante (f.33v) as testemunhas q' se achavam presentes aodiante nomeadas que eles tem por sua no termo da vila de Sam Paulo huãs cazas e citio e asim mais outro sitio pegado com ele cercado de valado no campo e terras de sismaria anexas a eles e capoens o que tudo huma couza, e outra davam e faziam doaçam de hoje pª todo sempre ao Reverendo Padre Abade do Convento do Patriarca Sam Bento o Snr. Joam Pimentel da Rocha pª si e pª todos e os mais que empoz deles socederem na dita religiam o que faziam ambos sobreditos de commum vontade e consentimento deles ambos sobreditos Duarte Machado e sua mulher Joana Sobrinha e pelo teor desta escritura de adoaçam se pode o dito Snr. Meter de posse do dito citio e terras declaradas (...)"

Em 1668<sup>14</sup> o Capitão Manoel Temudo pediu a posse de terras devolutas na mesma região, através de uma petição, e teve seu pedido acatado. Em 5 de julho de 1671<sup>15</sup>, após a morte do Capitão Manoel Temudo, o então Capitão Fernão Dias Paes arrematou as citadas terras e as doou à Ordem Beneditina de São Paulo, através de um acordo firmado entre ele e a Ordem, 21 anos antes. Este acordo se estabeleceu por Fernão Dias Paes ter ficado compadecido diante das precárias condições em que se encontrava o Mosteiro, por volta de 1646, como indicou uma carta<sup>16</sup> dirigida à Câmara. Diante disso ele firmou o acordo em 17 de janeiro de 1650 nos seguintes termos<sup>17</sup>:

Saybam quantos este publico instrumento de Contrato e composição, deste dia pª. todo sempre virem q no anno do nascimento de Nosso Snr. Jezu Christo de mil, e seis centos e sincoenta annos aos desasete dias do mez de Janrº. Do dº. anno desta villa de San Paulo da Capitania de S. Vicente Estado do Brazil &ª nesta villa no Convento do Patriarca Sam Bento aonde eu Tabalião fui chamado; ahy estão presentes (...) o Doutor Fr. Gregorio de Magalhaens, e o P. Prez. Fr. Feliciano de Santiago, e o Prior Fr. Jerônimo do Rozario, e os mais Religiozos (...); e bem assim estava presente o capitão Fernão Dias Paes morador nesta dita villa; e logo pelo dº. Padre (...) e mais Padres do dº. Convento foy dito a mim Tabalião (...), q elles estão concertados, e compostos de mão commum, e boa conformidade com elle dito Capitão Fernão Dias Paes, q elle lhe fazia a igreja nova (...), por cujo benefício, q lhes assim fazia, elles ditos Padres (...) e mais religiozoz lhes Davao a Capela mor da dª. Igreja pª. Elle, e pª. Todos seus herdrº e descendentes, (...) serem sepultados, (...).

Dentro deste contrato ainda havia o comprometimento do Capitão Fernão Dias Paes em doar anualmente aos beneditinos a quantia de oito mil réis para a conservação da nova Capela, onde teria sepultura junto aos seus, mas também informava que esta quantia deveria ser gerada dentro das próprias terras doadas, ou seja, as terras deveriam produzir renda ao mosteiro.

A Ordem se apropriou da área compreendida pela doação de 1631 e a de 1671 e edificou uma capela em louvor a São Caetano, entre 1717 e 1720.

De acordo com Tavares<sup>18</sup>, os monges mantiveram-se muito mais dentro de suas fazendas do que envolvidos com os aldeamentos, e a ausência de documentos referentes a isso comprova essa tese, o que não significa que os monges não possuíam seus índios cativos ou que não administravam aldeias na Vila.

<sup>14</sup> JOHNSON, Dom Martinho. (O. S. B.). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*; 1977, p.81-82-83-84.

<sup>15</sup> Ibidem, p.78-79-80.

<sup>16</sup> CARVALHO, Cristina Toledo de. *A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792)* Apud TAUNAY, Afonso de E. *História Antiga da Abadia de São Paulo (1598-1792)*, p.72.

<sup>17</sup> JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*, 1977, p. 72-73.

<sup>18</sup> TAVARES, Cristiane. *Os Beneditinos e a sociedade colonial (1580-1611)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, 2004, p.23.

Até este momento a pesquisa estava sobrevivendo com o indicativo de que de fato existia a Fazenda do Tijucusú, mas nenhum documento falava sobre a olaria. Os nervos já estavam a flor da pele, a data da qualificação se aproximava e eu passava a semana toda por horas dentro do Arquivo Público do Estado de São Paulo tentando encontrar em alguma lata um documento que salvasse a minha pesquisa.

### As olarias do Tijucusú, sua produção e a alegria da Caixa 3.

Taunay falou sobre as olarias na Fazenda Tijucusú, falou sobre documentos que ele havia lido no claustro do Mosteiro, local onde eu não tive acesso. Documentos que indicavam que em 1730 os monges fundaram a primeira olaria da fazenda do Tijucusú, e que segundo Taunay (1927: 158)<sup>19</sup>: “viviam oito escravos e onze escravas e passaram a fornecer telhas e tijolos para a Vila de São Paulo de Piratininga”.

Mas onde estavam esses documentos? Como eu provaria a existência das olarias sem bases documentais originais? Como minha pesquisa deixaria de ser mera transcrição de outrem para ser uma pesquisa original? Estava quase desistindo, depois de meses e meses de pesquisa quando os documentos começaram a se mostrar para mim. Confesso que foi emocionante abrir as latas e ler documentos escritos há centenas de anos; documentos que “falavam” comigo e me “contavam” histórias, “completavam” lacunas... Documentos da Olaria.

Eis que surgiu o primeiro documento, dentro da Caixa 3, que atestou a existência de não apenas uma olaria, mas duas. Ambas dentro da Fazenda do Tijucusú e administradas pelos monges beneditinos:

A fazenda do Tijucusú possuía uma capela edificada em 1717, uma olaria fundada em 1730 e outra em 1757 onde se produzia telhas e tijolos, cabeça de gado, 39 escravos entre homens, mulheres, velhos, novos e meninos<sup>20</sup>

Em outro documento do século XVIII<sup>21</sup> que serviu como inventário dos bens dos conventos de São Paulo apareceu citado o trabalho com o barro realizado pelos monges beneditinos, apesar de que o nome “olaria” não aparece: “1 sítio denominado S. Caetano que se fabrica telhas e tijolos. A sua despesa absorve a receita”.

E na mesma “maravilhosa” Caixa 3 havia outro documento de 17 de agosto de 1797<sup>22</sup> que dizia:

Esta fazenda cituada no destricto desta cid<sup>e</sup> em legoa e meia de distancia; acha-se huma fabrica de fazer telhas, e tijolo p<sup>a</sup> a reparação do Mostr<sup>o</sup>., Igreja, e suas cazas; q’ vendidas as sobras, rendem huns annos mais e outros menos----- 220\$000

Tem hum Foreiro nella, q’ paga annualm<sup>e</sup>----- \$800

Achão-se nesta Fabrica

Boys de Carro----- \$013

Do amassador----- \$008

Novilhos----- \$010

Novilhas----- \$004

Bezerros deste anno q’ foi o rendim<sup>to</sup>----- \$005

Vacas----- \$021

61

<sup>19</sup> TAUNAY, Affonso de E. História Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772). São Paulo: Typographia Ideal, 1927.

<sup>20</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798). Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 officios.

<sup>21</sup> Idem

<sup>22</sup> Ibidem

Esse levantamento de despesas apareceu em vários documentos, às vezes como receita total, às vezes como despesas exclusivas da produção oleira do mosteiro. Taunay transcreveu o seguinte documento em seu livro (1927: 162)<sup>23</sup>:

E' interessante conhecer o valor dos diversos itens dessa receita:

Renda da Sachristia-----	266\$580
Alugueis de casas-----	282\$500
Juros-----	810\$520
Renda da olaria de S. Caetano-----	805\$800
Idem da de S. Bernardo-----	79\$040
Fóros-----	51\$955
Renda da officina de ferreiro do mosteiro--	173\$535
Legumes da fazenda de Paraty-----	3\$700
Couros e carne-----	4\$320

Na lista do inventário acima pude verificar que o documento apresentou que por volta de 1758, o lucro com a olaria de São Caetano (Tijucusú) só era menor do que o lucro com os juros cobrados pelos monges. E diferente de outras ordens que eram favorecidas pelo apoio da Corte, a ordem beneditina dependia da população local para sua sobrevivência.

Então, não só havia as olarias, como de fato elas funcionavam como uma “indústria” que propiciava lucro para os beneditinos e criava uma rede de “atividades de economias acessórias<sup>24</sup>”.

A importância das fazendas para a Ordem Beneditina e a instalação das olarias como fonte de renda foi comprovada pela tese de doutorado de Carréra e Surya<sup>25</sup>, que desenvolveu a hipótese de que a atividade econômica da Ordem estava atrelada a uma fazenda – Fazenda de São Bento de Jaguaribe, situada na área da Sesmaria Jaguaribe em Pernambuco. O que não me pareceu coincidência, mas uma condição particular de adequação da Ordem ao novo continente.

A descrição espacial<sup>26</sup> da fazenda em Pernambuco era muito semelhante a fazenda do Tijucusú em São Paulo:

Na documentação histórica desta propriedade foram encontradas informações sobre várias unidades construtivas, tais como: uma capela, a casa dos monges e senzalas; uma olaria, onde se fabricavam telhas, tijolos e louças de cerâmica; um engenho de farinha de mandioca; produzia-se sal; cultivavam-se mandioca, arroz, feijão e milho. Além de todas essas atividades produtivas, os beneditinos também possuíam, nesta propriedade, um dos principais fornos da cal desta época, conhecido como Forno da Cal de São Bento.

É possível perceber que se tratou de um modelo de sistema construtivo beneditino fundado para custear as atividades dos mosteiros dentro da colônia.

<sup>23</sup> TAUNAY, Affonso de E. História Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772). São Paulo: Typographia Ideal, 1927.

<sup>24</sup> Sistema de produções diversas que junto com a produção alimentícia gerava rendimentos para a Vila.

<sup>25</sup> CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina reflexo da estruturação social vigente. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. – Revista de Humanidade. UFRN. Caicó (RN), v.9.n.24, Set/out. 2008.

<sup>26</sup> Idem, Introdução.

Em 29 de Abril de 1757<sup>27</sup>, o D. Abade José de S. Domingos propôs ao Conselho a construção de uma segunda olaria na região, já que segundo ele, era grande a procura da Vila pela cerâmica produzida na primeira olaria. Com a segunda olaria, os monges passaram a produzir também, lajotas, telhas, ladrilhos, telhões e louças.

A dinâmica da produção oleira na Vila de Piratininga determinou adequações sociais e econômicas no seu entorno. Por ser uma área cortada por vários rios, de acordo com os diversos documentos consultados pude supor que foi esse o motivo para que nesta região os monges vislumbrassem a possibilidade de uma olaria, visto a abundância de barro; aliás, a palavra tijucusú ou tojuco, vem do tupi, *tijuc* e significa grande lamaçal, barreiro grande, charco, atoleiro<sup>28</sup>. Incluindo a existência de portos nessa dinâmica, Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio do Livro do Tombo do Mosteiro, descreveu a utilidade do Porto Geral para o comércio local (1977: XXVIII):

Costumavam ser transportados pelo rio Tamanduateí mantimentos para serviço do mosteiro e dos moradores. Vinham em canoas monóxilas, isto é feitas de um tronco escavado, muito longas e estreitas, até um desembarcadouro que se chamou por muito tempo o Porto de São Bento ou Porto Geral de São Bento, de onde os produtos eram levados em ombros de índios ou negros por uma rampa muito íngreme que terminava no Largo do Rosário, hoje praça Antonio Prado.

E outro foi citado nas Atas da Câmara<sup>29</sup>, em um documento que indicou a existência de um pequeno porto nos arredores da olaria da Vila de Pinheiros<sup>30</sup>, também administrada pelos beneditinos e que serviu como um entreposto comercial.

Fazemos saber a toda a pessoa de qualquer calidade a quem esta carta de arendam<sup>to</sup> virem que por sermos informados que Luis de Barros Souto Mayor morador na passagem dos Pinheiro, termo desta d.<sup>a</sup> v.<sup>a</sup> havia lançado em prassa publica na passaje q̃ está no porto dos d.<sup>tos</sup> Pinheiros, que por ordem dos officiaes do anno passado se pos em prassa a quem mais desse, e por nos constar serem de sua Mag.<sup>de</sup> q̃ D.<sup>s</sup> g.<sup>de</sup> a qual está rezistrada nos livros de rezistros a f. 249 v<sup>o</sup> Ouvemos por bem rematar o dito porto ao d.<sup>o</sup> Luis de Barros Souto mayor por tempo de hum anno por preço e quantia de des mil reis, como consta do termo de arematação q̃ se lhe fes nos livros da câmera a f 52 v<sup>o</sup> e p.<sup>a</sup> q̃ o d.<sup>o</sup> Luis de Barros Souto mayor logre todos os rendim.<sup>tos</sup> do d.<sup>o</sup> porto, emq.<sup>to</sup> Sua Magestade não man.<sup>dar</sup> o contrario havemos por bem q̃ toda a pessoa que no d.<sup>o</sup> porto passar em canoa delle d.<sup>o</sup> rematador, ou em outra qualquer que por sua ordem estiver, pague quarenta reis por pessoa, e carga, não se exentando de pagar aquellas pessoas, que não levarem carga e nas canoas do d.<sup>o</sup> passarem

A existência desses dois portos e suas interações com a produção oleira em distintos períodos históricos me auxiliou na compreensão de que a circulação efetiva de produtos confirmaria minha hipótese de que o transporte dos objetos confeccionados dentro das olarias indicaria uma relação comercial entre as várias aldeias da Vila de Piratininga, indicando uma organização “industrial, comercial e social”.

Além disso, encontrei documentos que me ajudaram a entender o uso da mão de obra dos “negros da terra”, ou seja, dos índios. Esses documentos mostraram o registro do ofício dos índios dentro das olarias, indicando inclusive que a habilidade de alguns deles era tão valorizada que servia de referência dentro de suas vilas. Documentos de 1769<sup>31</sup> informavam o remanejamento desses “profissionais” de uma aldeia para outra:

<sup>27</sup> CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792) Apud TAUNAY, Afonso de E. História Antiga da Abbadia de São Paulo (1598-1792).

<sup>28</sup> “Por causa das várzeas barrentas e alagadiças que havia nos vales dos atuais rios Tamanduateí e Meninos” SOUZA MARTINS, José de. *A escravidão em São Caetano (1598-1871)*. São Paulo: Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luís Gama, 1988, p.9.

<sup>29</sup> *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1701-1719)*, Vol. VIII. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Typographia Piratininga, 1916, p.87-89.

<sup>30</sup> Essa olaria também fez parte das minhas pesquisas e está presente no corpo da minha dissertação.

<sup>31</sup> *Documentos Interessantes Para A Historia e Costumes de S. Paulo*. Vol. V. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

P.<sup>a</sup> o Cap.<sup>m</sup> mor da Aldea de S. Miguel

O Cap.<sup>m</sup> mor da Aldea de S. Miguel faça apromptar o Indio Paschoal do Prado Com Sua mulher p.<sup>a</sup> irem fabricar telha, e Louça a nova Povoação do Ivay.<sup>32</sup>

P.<sup>a</sup> o Director dos Pinheiros

O Director da Aldea dos Pinheiros fassa apromptar o Indio Marcello de Castro, com Sua m<sup>er</sup> e filhos p.<sup>a</sup> hirem fabricar telha, e Louça na nova povoação do Ivay.<sup>33</sup>

P.<sup>a</sup> o Provedor

O Provedor da Fazd.<sup>a</sup> Real mande aestir com alguma Couza de vestuário a Bernardino de Santo Antonio Indio da Aldéa de S. Miguel a conta do jornal que vencer na expedição de Ivay em fazer telha p.<sup>a</sup> a Igreja, e mais obras daquela Povoação.<sup>34</sup>

Em 1871 a Ordem de São Bento decidiu libertar, sem compensação, todos os seus escravos, mais de quatro mil em todo país, um dia após a assinatura da Lei do Ventre Livre, isso obviamente gerou um grande problema para as olarias e demais ofícios dentro das fazendas<sup>35</sup>.

Infelizmente, não encontrei documentação sobre o que aconteceu com as olarias beneditinas desde o último documento (1797) que tive acesso, até a data da venda da fazenda (1877), apenas indícios<sup>36</sup> de que a situação ficou difícil após a perda dos escravos.

Em 5 de Julho de 1877, foi lavrada uma certidão de venda das três fazendas situadas na Freguesia de São Bernardo, incluindo a fazenda em questão<sup>37</sup>.

SAIBAM quantos este publico instrumento de escriptura de venda de trez fazendas virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oiten, digo, (f.1v) mil oitocentos e setenta e sete, aos cinco de julho, nesta Imperial Cidade, em meo cartorio, perante mim tabellião, compareceram como outorgantes, digo: como partes outorgantes entre si justas e contractadas, a saber: de um lado como vendedor, o actual Dom Abbade do Mosteiro de São Bento desta cidade, Ex-Geral, Frei Joaquim da Purificação Araujo, representado por seo bastante procurador o Major Hygino José Xavier, conforme a procuração adiante encorporada, na qual lhe são conferidos especiaes poderes para outorgar e assignar nesta escriptura; e d' outro lado.como compradora, a Fazenda Nacional, representada por seo Procurador Fiscal desta Provincia,o Doutor Porfirio Abdagesio Figueira de Aguiar

Na busca pela existência da Fazenda do Tijucusú, hoje cidade de São Caetano do Sul, e as olarias beneditinas, me deparei com outras olarias, com outras aldeias, com vários e vários documentos que me auxiliaram na reconstrução “aproximada” de eventos que construíram nossa cidade de São Paulo. Encontrei uma indústria oleira organizada, com normas e regras; mão de obra especializada; e um sistema de escoamento do material produzido. Lutei imensamente contra o anacronismo e fiz um grande esforço para mergulhar em uma São Paulo colonial que lutava para crescer.

<sup>32</sup> Idem, p.108.

<sup>33</sup> Ibidem, p.109.

<sup>34</sup> *Documentos Interessantes Para A Historia e Costumes de S. Paulo*. Vol. V. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901., p.113.

<sup>35</sup> MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana. Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015, p.55.

<sup>36</sup> Idem, p.59. “Sobre as consequências da libertação dos escravos: O abade frei João de São Bento Pereira, escreve o relato de seu Estado ao Capítulo reunido na Bahia, casa mãe dos beneditinos: ‘...declaro a este Congresso Capitular que a libertação dos escravos foi uma verdadeira calamidade para o Mosteiro de São Paulo, e é conveniente e mesmo necessário que seja ele aliviado da excessiva custa com que deve concorrer para a Arca da Congregação’”.

<sup>37</sup> JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*, 1977, p.187.

Mas minhas inúmeras tardes no Arquivo Público do Estado de São Paulo, abrindo as latas e caixas, na expectativa de encontrar um documento pertinente foram sem sombra de dúvida momentos memoráveis e só quem ama história e pesquisa poderá entender a alegria quase infantil de tocar um documento do século XVI, XVII, XVIII, lê-los e trazê-los à luz de todos.

### Referências:

#### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798) – 54 ofícios.

Documentos Interessantes Para a Historia e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. V. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

#### ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596), Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1914.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596), Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1701-1719), Vol. VIII. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Typographia Piratininga, 1916.

#### ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO:

JOHNSON, Dom Martinho. (O. S. B.). Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo. (Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do mosteiro, por dom Martinho Johnson, O. S. B.), 1977.

#### BIBLIOGRAFIA:

MARTINS, José de Souza; A escravidão em São Caetano (1598-1871). São Paulo: Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luís Gama, 1988.

----- Diário de uma Terra Lontana. Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

#### MONOGRAFIAS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES:

CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina reflexo da estruturação social vigente. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. – Revista de Humanidade. UFRN. Caicó (RN), v.9.n.24, Set/out. 2008, pg. 178-191. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/16144/10969>- Acesso em: 05/05/2013.

CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença dos Monges Beneditinos na São Paulo Colonial (1598- 1792). Pesquisadora da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul/SP. Licenciada em História pela Universidade do Grande ABC. Disponível na Biblioteca do Mosteiro de São Bento em São Paulo.

TAVARES, Cristiane. Os Beneditinos e a sociedade colonial (1580-1611). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, 2004. Disponível em: [http://www.historia.ufpr.br/monografias/2004/cristiane\\_tavares.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2004/cristiane_tavares.pdf) - Acesso em: 15/03/2013.

VIEIRA, Edileine Carvalho. O barro cinzento paulista: Produção em barro cozido nas olarias do Tijucusú e de Pinheiros; Ordem de São Bento em São Paulo entre o século XVI e XVII. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, São Paulo, 2016.